

RELATÓRIO

O Sector da Construção em Portugal - 2015

**Novembro
2016**



Ficha Técnica

Título:

Relatório Anual do Sector da Construção em Portugal | 2015

Autoria:

Catarina Gil

Coordenação Geral:

Pedro Ministro

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
Av. Júlio Dinis,11
1069-010 Lisboa
Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico	5
1.1. Produto Interno Bruto (PIB)	6
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	7
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)	9
1.4. O Índice de Preços no Consumidor	10
1.5. O Mercado de Trabalho	11
2. O mercado em Portugal - indicadores sectoriais	13
2.1. Contextualização	13
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas	13
2.3. Obras Públicas	15
2.4. Taxa de juro implícita	16
2.5. Valores médios de avaliação bancária	17
2.6. Índice de Produção na Construção	18
2.7. Vendas de cimento para o mercado interno	19
2.8. Índice de Custos de Construção	19
2.9. Segurança no Trabalho	20
3. O tecido empresarial do sector da construção	20
3.1. Títulos emitidos	20
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás	22
3.1.2. Distribuição geográfica	23
3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2014	24
3.2.1. Sector da construção	24
4. A EUROPA	28
4.1. Portugal e os países do <i>Euroconstruct</i>	28
5. Síntese	31
6. Fontes Estatísticas	32

Quadros

Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2004/2015 – Taxa de variação anual %.....	6
Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB - taxa de variação anual %.....	7
Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume	7
Quadro 4 – Evolução do Valor Acrescentado Bruto em volume.....	9
Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos em construções novas por região.....	15
Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso	15
Quadro 7 – Evolução da Taxa de juro implícita	16
Quadro 8 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²).....	17
Quadro 9 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)	19
Quadro 10 – Classes de alvarás	21
Quadro 11 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará	22
Quadro 12 – Amostra das empresas objeto de análise	24
Quadro 13 – Liquidez Geral.....	25
Quadro 14 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe.....	25
Quadro 15 – Autonomia Financeira	26
Quadro 16 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe	26
Quadro 17 – Rentabilidade dos Capitais Próprios.....	26
Quadro 18 – Custos com Pessoal	27
Quadro 19 – Volume de Negócios em Obra.....	27
Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %).....	28
Quadro 21 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %)	29
Quadro 22 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %).....	29
Quadro 23 – Engenharia Civil (Variação da produção %).....	30

Gráficos

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – Dados encadeados em volume (Taxa de variação homóloga %) ...	6
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%).....	8
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - Dados encadeados em volume (Taxa de variação anual %) ...	8
Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %).....	9
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%).....	10
Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %).....	10
Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)	11
Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)	11
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)	12
Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%).....	12
Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2015	14
Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre.....	14
Gráfico 13 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento.....	16
Gráfico 14 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²)	18
Gráfico 15 – Índice de produção na construção	18
Gráfico 16 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)	19
Gráfico 17 – Número de acidentes de trabalho mortais.....	20
Gráfico 18 – Títulos habilitantes válidos 2010/2015.....	21
Gráfico 19 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2015)	23
Gráfico 20 – Distribuição de Títulos de Registo por Região Nuts II (2015)	23

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa em 2015 apresentou uma recuperação mais sustentada, após a implementação do processo de ajustamento da economia portuguesa, iniciado no 1º semestre de 2011 e concluído em maio de 2014. Ao longo destes quatro últimos anos verificaram-se correções de desequilíbrios acumulados nas últimas décadas bem como o processo de consolidação orçamental, no quadro dos compromissos assumidos ao nível europeu.

Segundo dados do INE, 2011, 2012 e 2013, foram anos em que a atividade económica portuguesa registou uma contração significativa na maior parte dos indicadores macroeconómicos, sendo que em 2014, o PIB registou uma variação positiva, desde a chegada da *Troika*, marcando também o regresso ao crescimento do consumo privado. E em 2015 consolidou esta variação positiva, com uma taxa de crescimento de 1,5%.

No setor da construção alguns indicadores indicam uma possível recuperação após 13 anos consecutivos de quebras. O índice de produção no setor registou uma variação homóloga de -2,5%, tendo no ano anterior registado cerca de -8,9%. O investimento neste setor apresentou uma variação homóloga positiva de 4,1% e de 3,7% do VAB das empresas de construção, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE

A taxa de desemprego continua elevada (12,4%) ainda assim mais baixa que em 2014 (13,9%). Por sua vez, o setor da construção empregou em 2015 cerca de 277,5 mil indivíduos, mais 1,7 que em 2014.

O peso deste sector equivale a 6,1%.

Este contexto macroeconómico também teve repercussões ao nível dos agentes económicos licenciados pelo IMPIC. As licenças para o setor da construção e do imobiliário não apresentaram reduções tão drásticas como em 2013 e 2012. No entanto ainda se verificaram diminuições no número de agentes económicos com licença válida para a atividade da construção, diminuindo 1.238 (-2,5%) face a 2014.

Os detentores de alvará registaram uma diminuição de -1,3% (252 agentes) e os detentores de Títulos de Registo, uma diminuição de -3,4% (986 títulos) em relação a 2014.

Na área do imobiliário, verificou-se um aumento de 574 empresas de mediação imobiliária, o que representou uma variação de 16,8%, face a 2014.

1.1. Produto Interno Bruto (PIB)

Em 2015, a evolução do PIB, apresentou uma variação positiva de 1,5%, variação já mais sustentada no seguimento das reduções verificadas em 2011, 2012 e 2013.

Esta evolução resultou do contributo da procura interna (passando de 2,2% em 2014 para 2,4% em 2015), refletindo uma aceleração do consumo privado.

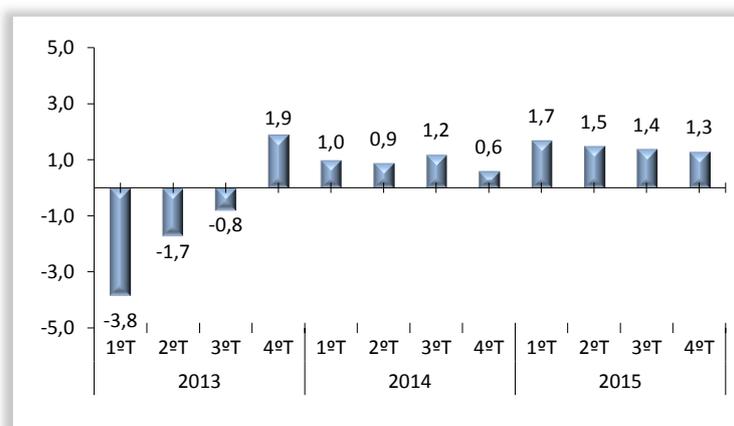
Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2004/2015 – Taxa de variação anual %

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB	1,8	0,8	1,6	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,5

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

Na análise trimestral, a variação homóloga do PIB em 2015 apresentou-se também positiva, no seguimento dos trimestres dos anos anteriores.

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – Dados encadeados em volume (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

As importações de bens e serviços registaram um crescimento de 7,3%. Também as exportações registaram um crescimento de 5,1% em termos reais, traduzindo-se numa recuperação comparativamente a 2014.

Em termos nominais, o PIB situou-se em cerca de 179,4 mil milhões de euros neste último ano.

Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB - taxa de variação anual %

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Procura Interna	1,3	0,9	2,2	1,1	-3,5	1,9	-5,7	-7,3	-2,0	2,2	2,4
Exportações	0,5	12,4	7,3	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,4	7,0	3,9	5,1
Importações	2,2	7,5	5,4	2,5	-9,9	7,8	-5,8	-6,3	4,7	7,2	7,3

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem tido um comportamento irregular ao longo dos anos. Em 2015 apresentou uma variação anual positiva de 3,7% após registar variações negativas, com particular destaque para os anos de 2011 e 2012 em que a FBCF decresceu 12,5% e 16,6% respetivamente.

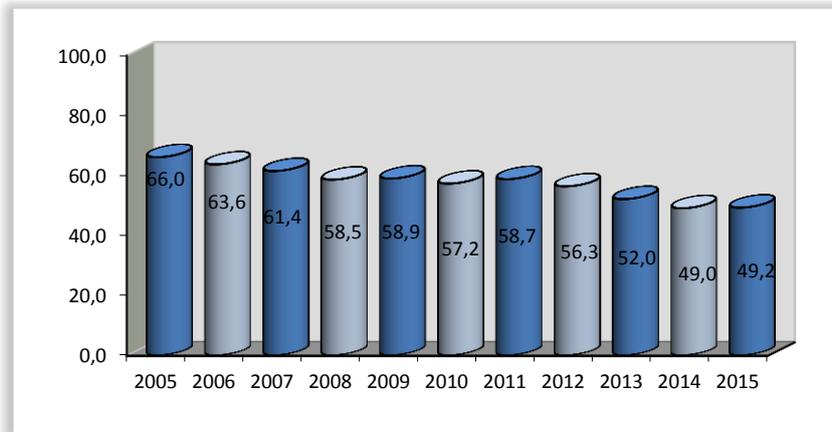
Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume

	Unidade: milhões de euros										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FBCF Total	39.485,1	39.151,0	40.365,4	40.514,4	37.447,3	37.094,9	32.451,8	27.057,7	25.689,8	26.413,7	27.383,6
Taxas de Variação Anual %	0,1	-0,8	3,1	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-16,6	-5,1	2,8	3,7
FBCF da Construção	26.057,4	24.888,3	24.774,3	23.703,3	22.050,0	21.217,7	19.040,7	15.225,9	13.368,1	12.941,2	13.474,4
Taxas de Variação Anual %	-1,5	-4,5	-0,5	-4,3	-7,0	-3,8	-10,3	-20,0	-12,2	-3,2	4,1

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trimestre de 2015 e ano 2015

Refira-se que em 2015 a FBCF no sector da construção apresentou uma taxa de variação positiva de 4,1%, após vários anos de comportamento consistentemente negativo (desde 2005 que, anualmente, este indicador tem tido taxas de variação negativas). Não obstante, é notório que o peso da FBCF da construção tem perdido consistentemente peso na FBCF total. O ano de 2012 foi um ano em que o investimento no setor da construção sofreu uma queda significativa (-20%). Já em 2015 o peso da FBCF do sector apresentou um ligeiro aumento passando de 49% para 49,2% no investimento total.

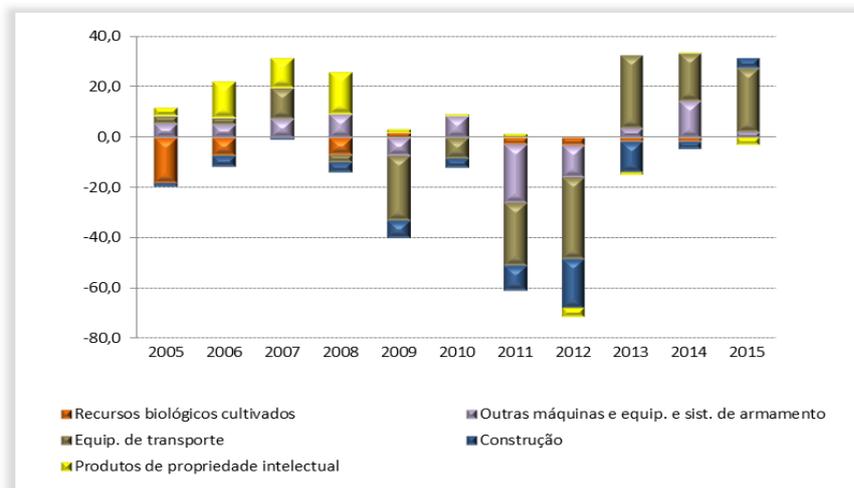
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

O segmento da construção foi um dos que mais sofreu nos anos apresentados, tendo sido o que mais contribuiu para a redução do investimento. No entanto o ano de 2015 veio contrariar este comportamento: a FBCF acelerou devido à recuperação da FBCF da construção que passou de uma taxa de -3,2% em 2014 para um crescimento de 4,1% bem como a FBCF em equipamento e transporte.

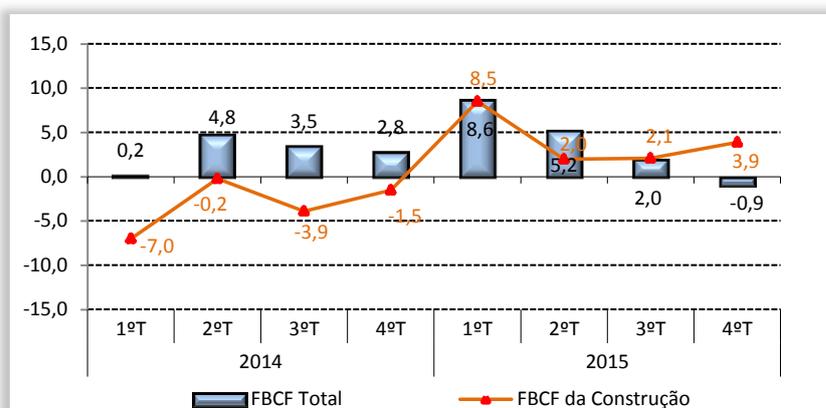
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - Dados encadeados em volume (Taxa de variação anual %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

Numa análise trimestral, o comportamento da FBCF apresentou uma tendência semelhante à evolução do PIB, ainda que com maior variação ou oscilação. Importa ainda observar o 1º trimestre de 2014 em que a FBCF do setor atingiu uma variação de -7% começando a inverter (ainda com variações negativas mas menos acentuadas) logo nos trimestres seguintes.

Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou uma taxa de variação positiva de 1,5%, após ter apresentado em 2014 uma taxa de variação de 1%.

No sector da construção, o VAB apresentou também, uma variação positiva, de 3,7%, após sucessivos anos de taxas de variações negativas.

Quadro 4 – Evolução do Valor Acrescentado Bruto em volume

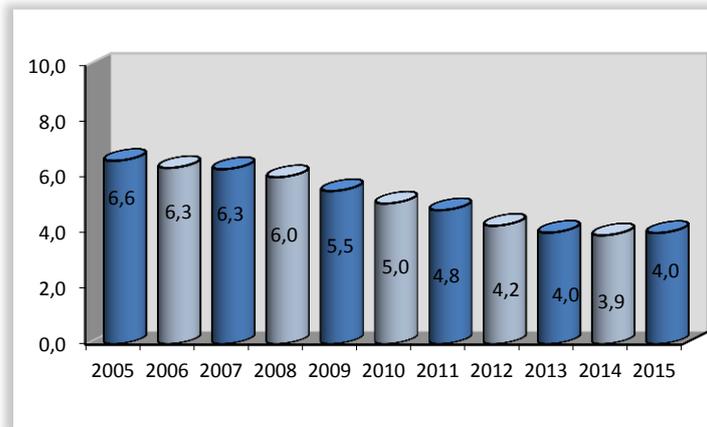
Unidade: milhões de euros

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
VAB Total	174.038,3	176.741,2	181.145,6	181.506,6	176.101,2	179.444,8	176.166,6	169.070,1	167.159,4	168.779,7	171.364,9
Taxas de Variação Anual %	0,8	1,6	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	1,0	1,5
VAB da Construção	11.445,8	11.170,2	11.369,4	10.868,1	9.670,1	9.051,6	8.464,5	7.179,2	6.683,5	6.588,3	6.833,4
Taxas de Variação Anual %	-3,6	-2,4	1,8	-4,4	-11,0	-6,4	-6,5	-15,2	-6,9	-1,4	3,7

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

À semelhança do que se verifica com a FBCF, também o VAB no sector da construção viu diminuir o seu peso, perdendo 2,6 pontos percentuais de 2005 (quando representava 6,6% do VAB total) para 2015 (4,0%). Esta perda de peso relativo corresponde a uma diminuição do valor nominal do VAB da construção, que de um valor de 11.445 milhões de euros em 2005, passou para 6.833 milhões de euros em 2015, diminuindo nominalmente 40,3%.

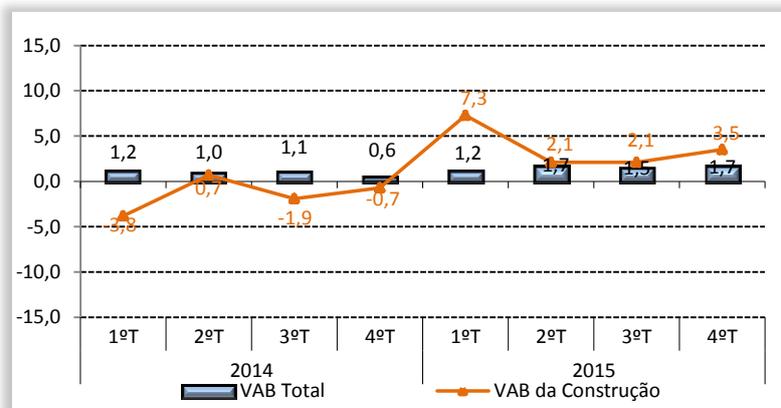
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

Numa análise trimestral, constata-se que em 2015 o VAB da construção apresentou um desempenho superior ao da economia, contrariando a tendência de 2014. Destaque-se para a variação apresentada logo no 1º trimestre de 2015 em que registou uma taxa de variação positiva de 7,3%.

Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2015 e ano 2015

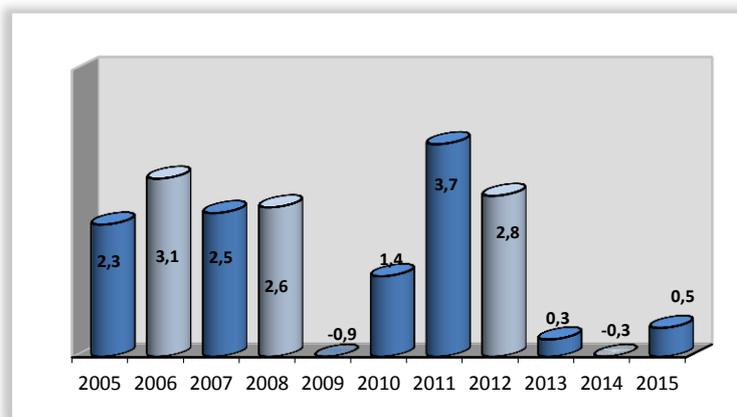
1.4. O Índice de Preços no Consumidor

No gráfico seguinte verifica-se que, em 2015, o indicador da inflação registou uma taxa de variação média de 0,5%, comparando com o ano anterior de -0,3%, devendo-se à evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados, segundo informações do INE.

Nos últimos dez anos este indicador registou uma deflação, nomeadamente em 2009 e 2014 (-0,9% e -0,3% respetivamente) em resultado da diminuição da procura interna, diminuição dos preços dos

produtos alimentares não transformados e diminuição dos preços dos produtos energéticos, designadamente dos combustíveis.

Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)



Fonte: INE - Índice de Preços no Consumidor – Dezembro de 2015

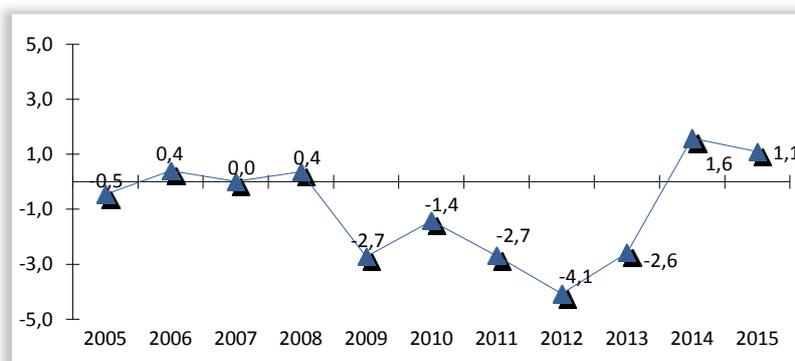
1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

De acordo com as Estatísticas de Emprego do INE, em 2015, a população ativa sofreu uma redução, observando-se uma queda ligeira de 0,6%. Já em 2014, também tinha registado uma diminuição de 1,1%. A população ativa situava-se em 2015 nos 5.195,2 mil indivíduos, traduzindo uma diminuição de 30 mil indivíduos face ao ano anterior.

Em relação à população empregada, 2015 totalizou 4.548,7 mil indivíduos, registando um acréscimo homólogo de 1,1%. Já em 2014 também tinha apresentado um acréscimo de 1,6%.

Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)

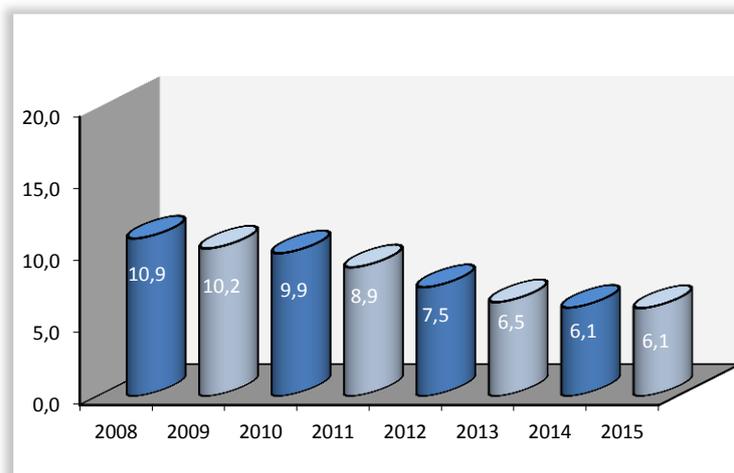


Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2015

O emprego no setor da construção, após anos de sucessivas diminuições, viu em 2015 um aumento de 0,6% comparando com o ano anterior, totalizando cerca de 277,5 mil indivíduos (mais 1,7 que em 2014).

Este sector representa 6,1% no emprego total tal como em 2014.

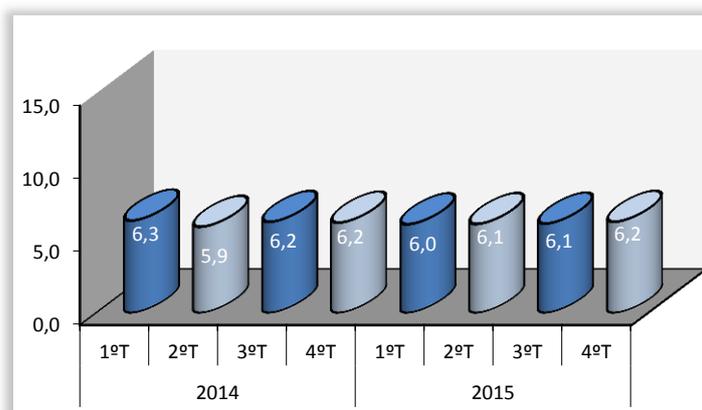
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2015

Em termos trimestrais, os anos de 2014 e 2015 foram muito semelhantes, não sofrendo grandes alterações no que respeita ao número de empregados no sector da construção.

Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2015

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SECTORIAIS

2.1. Contextualização

O sector português da construção encerrou 2015 com uma evolução positiva invertendo a tendência de 13 anos de quebras consecutiva e registou um aumento de cerca de 3% do Valor Bruto da Produção.

Esta recuperação muito se deve à evolução positiva de todos os segmentos de atividade (residencial, não residencial e trabalhos de engenharia civil)

A atividade da construção movimenta vários sectores a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 11, verifica-se que a tendência de evolução do número de edifícios licenciados¹ e concluídos² tem vindo a diminuir nos anos apresentados. Importa referir que até 2013 o número de fogos concluídos era sempre superior ao número de fogos licenciados significando a importância da conclusão das obras já iniciadas em detrimento do investimento em novo edificado. Em 2014 começa a verificar-se uma tendência contrária, embora muito ligeira e em 2015 consolida-se essa tendência licenciando-se 12,8 mil fogos e concluindo-se 9 mil.

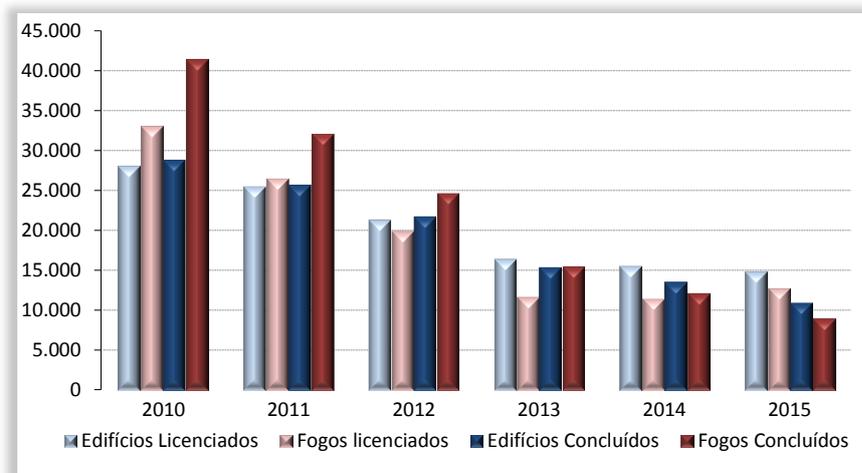
Em 2015 foram licenciados cerca de 14,9 mil edifícios (cerca de -4,2% em relação a 2014, correspondendo a um decréscimo de 658 edifícios) e concluídos cerca de 10,9 mil edifícios (com uma variação também negativa de 19,2% em relação a 2014, correspondendo a um decréscimo de cerca de 2,6 mil edifícios).

Refira-se ainda o decréscimo de licenciamento de fogos em construções novas: 12,8 mil licenciamentos em 2015, comparando com 2010 que ultrapassou os 32 mil, correspondendo a uma diminuição significativa de cerca de -61%.

¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios

Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2015



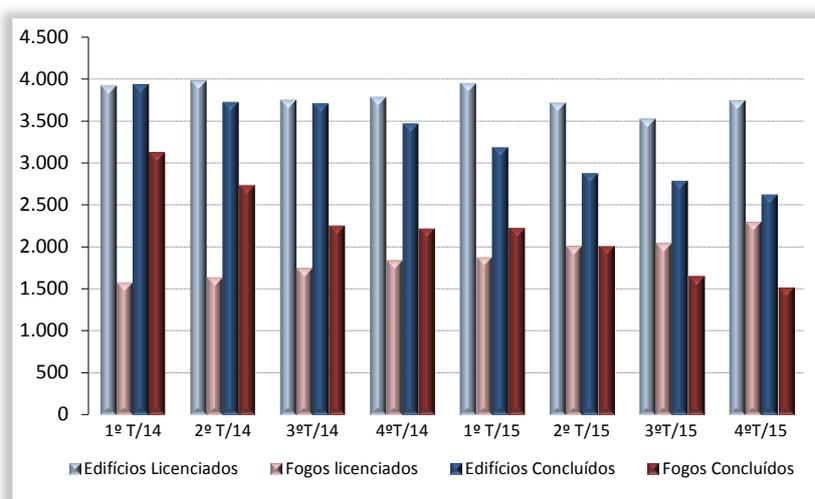
Fonte: INE – Estatísticas da Construção e Habitação: 2015

Numa análise trimestral, destaca-se o 1º trimestre de 2015, em que foi aquele que se licenciou mais edifícios, dos quais 1,8 mil correspondem a fogos em construções novas.

Em relação ao 4º trimestre de 2015 foram licenciados cerca de 3,7 mil edifícios, correspondendo a uma variação homóloga de -1,1% e trimestral de 6,2% e foram concluídos cerca de 2,6 mil edifícios com uma variação homóloga de -24,4% e trimestral -6,2%.

Ainda no 4º trimestre de 2015, o número total de fogos licenciados apresentou uma variação trimestral positiva de 12,2%, e variação homóloga também positiva de 25%.

Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



Fonte: INE – Construção: Obras licenciadas e concluídas – 2º trimestre de 2016

Observando o quadro 5 verificam-se as regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos no ano de 2015.

Assim, a região Norte representa cerca de 39,3% e a Região Autónoma da Madeira representa apenas 1,6% no número total de fogos licenciados.

É também a região Norte, a mais significativa no número total de fogos concluídos, que representa cerca de 38,9% do todo, enquanto, que a Região Autónoma da Madeira representa 3,4% e dos Açores 3,6%.

Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos em construções novas por região

	licenciados					concluídos				
	2012	2013	2014	2015	Total	2012	2013	2014	2015	Total
Norte	7.190	5.127	4.453	5.037	21.807	8.645	5.692	4.798	3.519	22.654
Centro	4.981	3.418	3.196	3.263	14.858	6.483	4.186	3.361	2.329	16.359
Área M. Lisboa	4.763	966	2.044	2.398	10.171	5.125	2.691	1.675	1.260	10.751
Alentejo	1.370	871	597	725	3.563	1.807	958	777	549	4.091
Algarve	869	720	730	787	3.106	1.543	939	1.024	752	4.258
R.A. Açores	422	360	281	388	1.451	647	592	259	329	1.827
R.A. Madeira	324	236	219	203	982	429	473	282	304	1.488
	19.919	11.698	11.520	12.801	55.938	24.679	15.531	12.176	9.042	61.428

Fonte: INE

2.3. Obras Públicas

O mercado das obras públicas, manteve-se em declínio, na sequência da implementação nos últimos anos de medidas orçamentais restritivas e redução de investimento público.

O montante total contratado registou uma diminuição de cerca de -33% em relação ao ano anterior. No entanto em termos de número de contratos reportados pelos Donos de Obra Pública ao portal BASE aumentou em 8,5% face a 2014.

Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
milhões de €							
Valor reportado pelos Donos de Obra Pública	4.847,3	2.571,3	2.612,6	1.697,4	2.284,3	1.592,9	1.065,1
Volume de Negócios em Obra	30.885,8	34.409,4	26.837,3	22.451,7	20.563,6	20.686,2	n.d.
em %							
Peso no PIB	2,8	1,4	1,5	1,0	1,3	0,9	0,6
Peso na FBCF Construção	22,6	12,2	13,7	10,9	16,9	12,3	7,9
Peso no Vol. de Negócios	14,8	7,7	9,8	7,6	11,1	7,7	n.d.

Fonte: portal BASE e IMPIC, I.P.

Nota: os dados referentes a 2015 são provisórios

2.4. Taxa de juro implícita

Em 2015, a taxa de juro implícita³ manteve-se estável, fixando-se em 1,26%, diminuindo 0,18 p.p. face à taxa registada em 2014, observando-se uma redução contínua desde 2012. Em Dezembro, a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação situou-se em 1,21%.

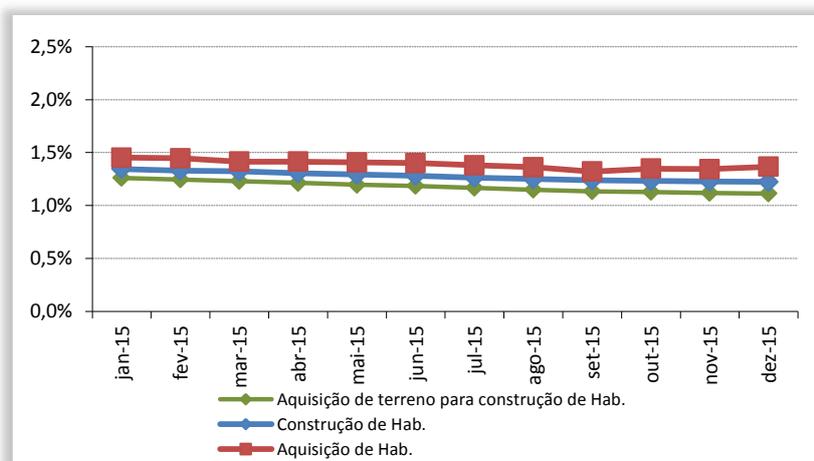
Quadro 7 – Evolução da Taxa de juro implícita

	Total	Aquisição
2012	2,190	2,208
2013	1,442	1,463
2014	1,456	1,466
2015	1,269	1,276

Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez.2015)

O valor médio do capital em dívida para a totalidade dos contratos de crédito à habitação situou-se, em 2015 em 52.562 euros (redução de 1.013 euros face a 2014).

Gráfico 13 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez.2015)

Pela observação do gráfico, verifica-se que, em dezembro, a taxa de juro nos três segmentos subiu ligeiramente face aos meses anteriores: Aquisição de terreno para construção de habitação foi de 1,11%; para a Construção de habitação foi de 1,22% e para a Aquisição de habitação, a taxa de juro implícita foi de 1,36%.

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Para o conjunto do ano de 2015, no destino de financiamento Aquisição de Habitação, a taxa de juro média situou-se em 1,27%, reduzindo 0,19 p.p. face a 2014.

2.5. Valores médios de avaliação bancária

Para o ano de 2015, o valor médio de avaliação bancária da habitação fixou-se em 1.034 euros/m², traduzindo-se num acréscimo de 2,6% face a 2014. Também nos segmentos dos apartamentos e nas moradias verificam-se acréscimos de 3,3% e 1,5% respectivamente.

Relativamente a dezembro de 2015, o valor médio da avaliação bancária para o país fixou-se em 1.050 euros/m², correspondendo a um aumento de 0,7% face ao mês anterior e de 4,5% em termos homólogos.

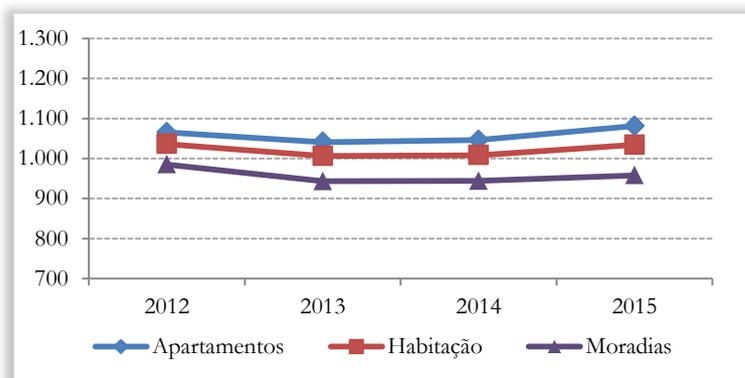
Quadro 8 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

	Dez-14	Jan-15	Fev-15	Mar-15	Abr-15	Mai-15	Jun-15	Jul-15	Ago-15	Set-15	Out-15	Nov-15	Dez-15
Portugal	1.005	1.010	1.011	1.011	1.016	1.026	1.030	1.039	1.036	1.039	1.041	1.043	1.050
Norte	886	890	890	887	887	896	903	913	910	907	913	916	923
Centro	851	845	846	848	853	855	850	854	847	850	850	856	857
Lisboa	1.208	1.221	1.228	1.231	1.237	1.253	1.259	1.271	1.268	1.273	1.275	1.267	1.272
Alentejo	865	868	880	878	887	893	905	906	907	921	909	913	910
Algarve	1.223	1.214	1.193	1.196	1.211	1.244	1.236	1.246	1.255	1.270	1.296	1.302	1.318
RA Açores	933	931	953	938	925	939	964	980	976	968	971	971	969
RA Madeira	1.159	1.167	1.159	1.161	1.153	1.169	1.145	1.167	1.138	1.171	1.179	1.210	1.236

Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez.2015)

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Ao observar o quadro verificamos, que no último mês do ano, a maioria das regiões registaram variações positivas, com exceção do Alentejo e região autónoma dos Açores que registaram diminuições mas muito suaves.

Gráfico 14 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)

Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez.2015)

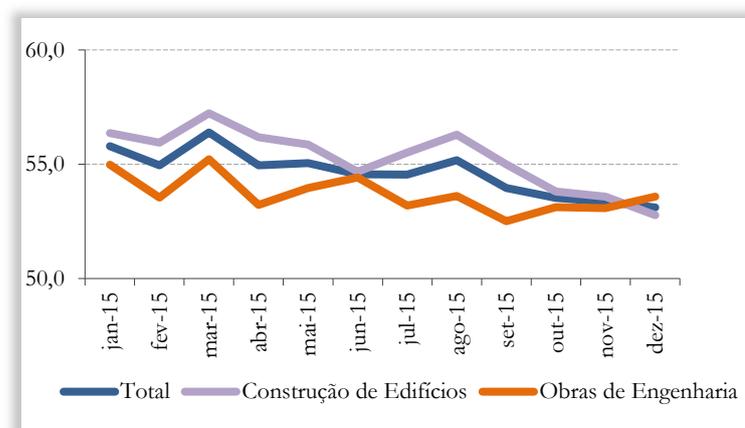
Verifica-se no gráfico 14 que o valor médio da avaliação bancária nos três segmentos tem-se apresentado estável ao longo dos quatro últimos anos. Em 2015 o valor dos apartamentos fixou-se em 1.081 euros/m² e das moradias em 958 euros/m².

2.6. Índice de Produção na Construção

O índice de produção na construção apresentou em 2015 uma redução de -2,5% (variação média de -8,9% em 2014).

Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento. A construção de edifícios apresentou, uma diminuição média anual de -2,6% e o segmento da engenharia civil, uma variação média de -2,3%

Gráfico 15 – Índice de produção na construção



Fonte: INE – Índices de produção, emprego e remunerações na construção (Dez.2015)

2.7. Vendas de cimento para o mercado interno

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do sector permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno. Em sintonia com o já referido nos indicadores anteriores, também as vendas de cimento apresentaram um crescimento em 2015, apresentando uma variação homóloga de 7,1% face a 2014.

Quadro 9 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

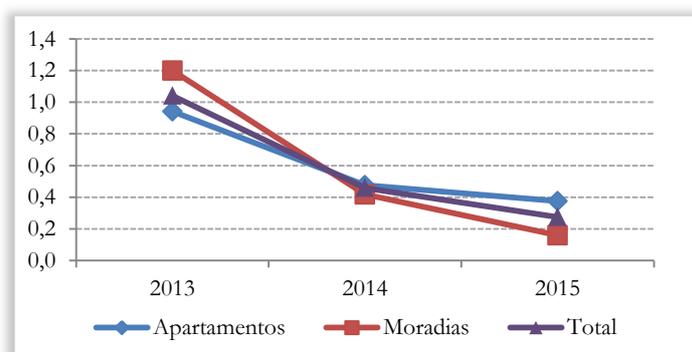
	2013					2014					2015				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	593	672	674	608	2.547	531	607	621	560	2.319	584	632	648	600	2.464
Var. Trimestral	-10,2	13,3	0,3	-9,8		-12,7	14,3	2,3	-9,8		4,3	8,2	2,5	-7,4	
Var. Homóloga	-39,0	-21,6	-17,2	-7,9		-10,5	-9,7	-7,9	-7,9		10,0	4,1	4,3	7,1	

Fonte: dados cedidos ao IMPIC, I.P. pelas principais empresas portuguesas no sector

2.8. Índice de Custos de Construção

A variação média anual do índice de custos de construção de habitação nova fixou-se em 0,3% em 2015. No último mês do ano este índice registou uma variação homóloga de 0,2% significando um acréscimo de 0,1 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior. A taxa de variação média anual do índice relativo ao segmento apartamentos foi de 0,4% e para o segmento moradias foi de 0,2%.

Gráfico 16 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)

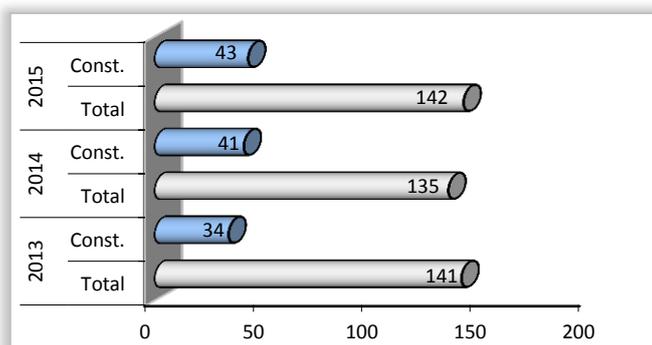


Fonte: INE – Índice de custos de construção de habitação nova (Dez.2015)

2.9. Segurança no Trabalho

O sector da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade. Segundo dados da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), verificou-se que 2015 apresentou um maior número de vítimas mortais em relação ao ano anterior quer a nível geral como no sector da construção (um aumento de 41 para 43 vitimas mortais)

Gráfico 17 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos emitidos

A nova lei da construção, Lei n.º41/2015, de 3 de junho, veio estabelecer o novo regime aplicável ao exercício da atividade da construção, revogando o Decreto-Lei n.º12/2004, de 9 de janeiro, passando a existir o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Públicas (*Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas*) e o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Particulares (*Alvará de Empreiteiro de Obras Particulares e Certificado de Empreiteiro de Obras Particulares*).

Os Alvarás de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Alvarás no Decreto-Lei n.º12/2004, agora divididos em obra pública e obra particular e os Certificados de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Títulos de Registo, agora também divididos em obra pública e obra particular.

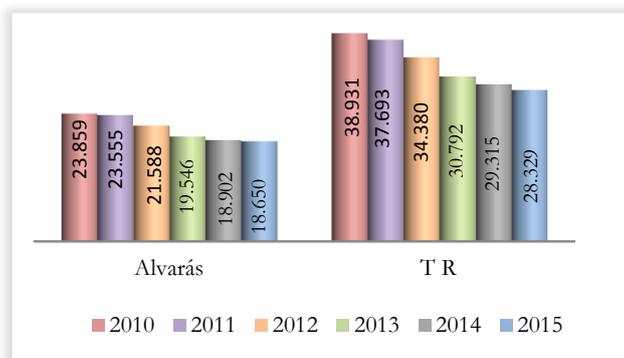
Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Em 2015⁴ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

Quadro 10 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2015
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de 2015, existiam no sector da construção 18.650 empresas habilitadas com alvará (atual Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e de Obras Particulares) e 28.329 com Título de Registo (atual Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas e Obras Particulares).

Gráfico 18 – Títulos habilitantes válidos 2010/2015



Fonte: IMPIC, I.P

Entre 2015 e 2014 assistiu-se a um decréscimo no número de empresas detentoras de Alvará de -1,3%. Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se uma diminuição de alvarás na maioria das classes, com exceção das classes 1. No final de 2015, cerca de 62% (11.619) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1.

⁴ A Portaria n.º119/2012, de 30 de abril com a retificação n.º27/2012 de 30 de maio estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de alvará ficam autorizados a executar

O número de empresas detentoras de alvará nas três primeiras classes atingiu 87% (16.298) do total das empresas registadas.

Situação semelhante se verifica quanto ao número de títulos de registo, que também diminuiu de 29.315 em 2014 para 28.329 em 2015, com uma variação de -3,4%. O decréscimo no número de empresas detentoras de Título de Registo revela um cenário pouco favorável na atividade para os Empresários em Nome Individual e microempresas no sector da construção.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um decréscimo no número de empresas classificadas em todas as classes, com exceção da classe 1, tendo a classes 8 apresentado uma diminuição mais significativa (-21,7%).

Quadro 11 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Peso	Varição 2015/2014
Classe 1	15.614	14.958	14.580	14.511	13.037	11.811	11.375	11.619	62,3%	2,1%
Classe 2	2.840	3.393	3.465	3.399	3.295	3.025	2.963	2.940	15,8%	-0,8%
Classe 3	2.834	2.673	2.590	2.450	2.219	1.950	1.848	1.739	9,3%	-5,9%
Classe 4	1.632	1.635	1.614	1.546	1.448	1.282	1.252	1.099	5,9%	-12,2%
Classe 5	948	1.007	1.018	1.036	1.035	954	955	804	4,3%	-15,8%
Classe 6	290	323	321	334	291	274	260	219	1,2%	-15,8%
Classe 7	120	126	135	132	123	115	120	117	0,6%	-2,5%
Classe 8	38	43	40	44	42	45	46	36	0,2%	-21,7%
Classe 9	84	86	96	103	98	90	83	77	0,4%	-7,2%
Total	24.400	24.244	23.859	23.555	21.588	19.546	18.902	18.650	100,0%	-1,3%

Fonte: IMPIC, I.P.

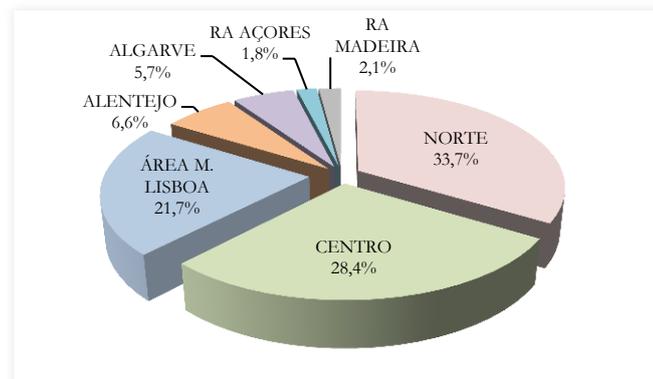
Saliente-se o facto de a classe 1 e 2 representarem cerca de 78% do mercado, ou seja, $\frac{3}{4}$ das empresas de construção, podendo executar obras até 332.000€.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (Nuts II), verifica-se que as regiões do Norte e Centro detêm um maior número de empresas com alvará, respetivamente 33,7% e 28,4%.

Em termos de distritos, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 18,8% do total de agentes económicos detentores do país, logo seguida do Porto com cerca de 14,4%.

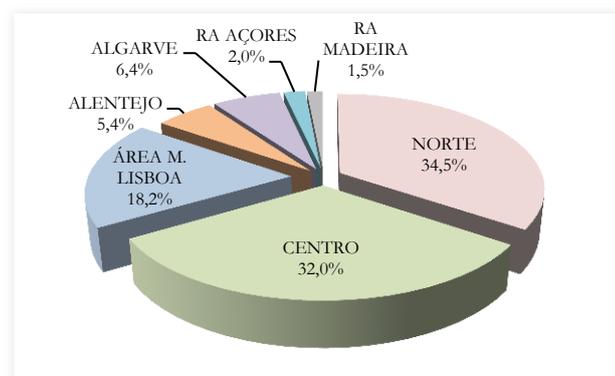
Gráfico 19 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2015)



Fonte: IMPIC, I.P.

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de Título de Registo. O Norte é detentor de 34,5% dos Títulos de Registo e o Centro, de 32%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca de 15,7% de empresas detentoras de Título de Registo e o Porto detém 14%.

Gráfico 20 – Distribuição de Títulos de Registo por Região Nuts II (2015)



Fonte: IMPIC, I.P.

3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2014

3.2.1. Sector da construção

A atual Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e que revogou o anterior Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, define que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de capital próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada, tendo em conta os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira.

Assim, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função de, entre outros, valor do Capital Próprio, indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira⁵.

Tendo por base as demonstrações financeiras de uma amostra de 16.075 empresas (cfr. quadro infra), relativas ao ano de 2014, correspondendo a cerca de 85% do número total de empresas que no final de 2014 eram, detentoras de alvará (18.902), é possível uma caracterização genérica das empresas de construção reguladas pelo IMPIC.

Quadro 12 – Amostra das empresas objeto de análise

Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Nº Empresas	9.000	2.673	1.759	1.231	919	252	117	45	79

Fonte: IMPIC, I.P.

Muitas das características do tecido empresarial de determinada atividade são evidenciadas pela análise da situação económica e financeira das empresas, tendo em consideração alguns indicadores económico-financeiros, designadamente, *Liquidez Geral*, *Autonomia Financeira*, *Rentabilidade dos Capitais Próprios*, *Custos com o Pessoal* e *Volume de Negócios*, com base no cálculo dos quartis superior, inferior e mediana.

Procede-se a uma análise/comparação da documentação fiscal (Balanço e Demonstração de Resultados) da amostra de empresas mencionada. A documentação em causa reporta-se ao ano fiscal de 2014 e foi disponibilizada ao IMPIC no âmbito do processo de revalidação anual de alvarás para 2016. Assim:

⁵ N. 2 do art. 11.º do referido diploma.

Liquidez Geral⁶

O rácio de *Liquidez Geral* traduz a capacidade de uma empresa satisfazer e assumir os compromissos de curto prazo. Sendo um dos indicadores cujo cumprimento é exigido pela Lei n.º 41/2015, de 3 de junho⁷, as empresas detentoras de alvará em classe máxima superior à 2 não podem deter menos de 100% neste rácio, no exercício em análise ou na média dos três últimos exercícios.

Em 2014, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma *Liquidez Geral* superior a 126%, ligeiramente superior ao verificado em 2013 (124%).

Quadro 13 – Liquidez Geral

Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	360%
	Mediana	190%
	Quartil Inferior	126%

Fonte: IMPIC, I.P.

Pela análise do quadro 13, verifica-se que a mediana neste indicador foi de 190%. O quartil inferior foi de 126%, valor acima do limite legal vigente (100%).

No entanto 1.520 empresas (cerca de 11%) apresentaram uma liquidez com valor inferior a 100%, sendo que cerca de 83% são detentoras de classe 1 ou 2. Verifica-se ainda que 260 empresas, detentoras de alvarás e classe superior à 2, demonstraram em 2014 fortes dificuldades em manter a mesma classe de alvará por incumprimento deste indicador.

Quadro 14 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.111
Classe 2	149
Classe 3	111
Classe 4	66
Classe 5	49
Classe 6	19
Classe 7	4
Classe 8	3
Classe 9	8
Total	1.520

Fonte: IMPIC, I.P.

⁶ $Liquidez\ Geral = \frac{Activo\ corrente}{Passivo\ Corrente}$

⁷ N.º 2 do art. 11.º do referido diploma

Autonomia Financeira⁸

A Autonomia Financeira é outro indicador exigido para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior à 2.

Quadro 15 – Autonomia Financeira

Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	55,1%
	Mediana	33,0%
	Quartil Inferior	15,8%

Fonte: IMPIC, I.P.

Tendo por referência o limite mínimo atualmente exigido (5%) às empresas da classe superior a 2, verifica-se que 1.646 empresas (cerca de 11,5% das empresas analisadas) apresentaram um rácio inferior àquele limiar, não cumprindo assim este requisito.

Quadro 16 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.273
Classe 2	141
Classe 3	97
Classe 4	72
Classe 5	38
Classe 6	12
Classe 7	3
Classe 8	3
Classe 9	7
Total	1.646

Fonte: IMPIC, I.P.

Rentabilidade dos Capitais Próprios⁹

Este é um indicador que reflete a capacidade de sobrevivência financeira da empresa e a potencialidade de atrair capitais próprios alheios.

Quadro 17 – Rentabilidade dos Capitais Próprios

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	13,4%
	Mediana	4,2%
	Quartil Inferior	0,1%

Fonte: IMPIC, I.P.

Saliente-se que neste indicador os valores dos quartis aumentaram em 2014 comparando com o ano anterior. As empresas situadas no quartil inferior têm uma reduzida capacidade de remunerar capitais

⁸ $Autonomia\ financeira = \frac{Capital\ Próprio}{Activo\ Líquido\ Total}$

⁹ $Rentabilidade\ dos\ capitais\ próprios = \frac{Resultado\ Líquido\ do\ Exercício}{Capital\ Próprio}$

investidos, o que se poderá dever a um baixo valor de resultados líquidos, no entanto o valor médio em 2014 de resultados líquidos foi superior à média apurada em 2013.

Custos com o Pessoal

Este indicador evidencia, de certa forma, a dimensão da empresa, dado apresentar uma correlação direta com a classe máxima detida no alvará.

Em 2014, verificou-se uma diminuição, face a 2013 dos valores em custos com pessoal em todos os quartis de todas as classes, com exceção da 1,2 e 3.

Metade das empresas apresentou um valor de custos com pessoal superior a 72.286€, o que significa um aumento de 0,9% face ao registado em 2013 (71.613€).

Quadro 18 – Custos com Pessoal

Custos com Pessoal (€)	Quartil Superior	175.488€
	Mediana	72.286€
	Quartil Inferior	34.593€

Fonte: IMPIC, I.P.

Volume de Negócios¹⁰

Este indicador também apresenta uma correlação direta com a classe máxima detida no alvará, à semelhança dos custos com pessoal.

Quadro 19 – Volume de Negócios em Obra

Volume de Negócios em Obra (€)	Quartil Superior	675.138€
	Mediana	254.900€
	Quartil Inferior	107.051€

Fonte: IMPIC, I.P.

Em 2014, metade das empresas apresentou um volume de negócios superior a 254.900€, traduzindo-se num aumento face ao apurado em 2013 (240.920€).

¹⁰ O Volume de negócios reporta-se a toda a atividade da empresa, e não apenas ao valor afeto à atividade da construção

4. A EUROPA

4.1. Portugal e os países do *Euroconstruct*¹¹

Segundo dados do *Euroconstruct*, em Portugal a taxa de “crescimento” no sector da construção, em 2015 foi positiva (3,5%) após tantos anos de taxas negativas. Já em 2014 se tinha registado uma taxa de variação negativa mas muito menos acentuada que nos anos anteriores, como poderá observar-se no quadro 20. Importa referir que Portugal foi um dos mais atingidos pela recessão nestes últimos anos, registando diminuições no PIB de -4,0% em 2012, segundo a “81.ª Conferência do Euroconstruct” – junho de 2016.

A mesma fonte informa que a produção da construção em 2015 marca a mudança em Portugal depois de quedas significativas entre os anos de 2008 e 2014.

Os anos de 2008 e 2013 foram drásticos para os países da União, provocando recessões em vários Estados Membros e conduzindo a quedas acentuadas na produção da construção.

Em 2015, a par de Portugal, também a maior parte dos países pertencentes ao Euroconstruct apresentaram taxas de variação na produção da construção já positivas com exceção da França, Suíça e Áustria, com -1,7%; -1,3%; -0,2%, respetivamente.

Destaque para a República Checa que registou em 2015 uma variação positiva muito significativa, de 18,5%, tendo registado em 2014 uma variação negativa de -3,9%.

Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (p)	2017 (p)
Portugal	-4,8	-9,8	-6,2	-10,0	-15,5	-14,5	-1,0	3,5	2,5	3,0
Países do <i>Euroconstruct</i>	-3,7	-8,9	-3,3	0,3	-6,3	-2,4	1,1	1,4	2,6	2,7

Fonte: 81^ª Euroconstruct Conference

Notas: (p):previsto

No mercado da construção o segmento dos edifícios residenciais, em Portugal registou um aumento considerável face aos anos anteriores (7,9%), prevendo-se que em 2016 esta variação seja muito semelhante neste segmento.

Já nos países do *Euroconstruct*, este segmento apresentou também uma variação positiva em 2015, (5,2%) depois de em 2014 e 2013 ter apresentado variações de 1,5% e -1.3%, respetivamente.

¹¹ Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça e Inglaterra.

Quadro 21 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016(p)	2017(p)
Construção Nova	-13,0	-30,0	-20,0	-13,0	-28,0	-25,0	-8,0	4,0	6,0	6,0
Renovação	-2,5	-3,0	-1,0	-3,5	-5,0	-1,0	0,0	10,0	9,0	9,0
Total residencial	-9,7	-20,8	-12,1	-8,5	-16,6	-11,4	-2,9	7,9	8,0	7,7
Países do Euroconstruct										
Construção Nova	-16,4	-22,5	-6,1	3,3	-8,4	-2,1	1,9	2,9	5,7	4,2
Renovação	-0,2	-3,9	1,3	1,1	-2,6	-0,7	1,3	1,3	1,4	1,6
Total residencial	-8,5	-12,7	-1,8	2,0	-5,0	-1,3	1,5	1,9	3,1	2,7

Fonte: 81^a Euroconstruct Conference

Notas: (p):previsto

Tal como o segmento dos edifícios residenciais, também os edifícios não residenciais apresentaram em 2015, em Portugal, uma evolução 1,1%, após quebras muito acentuadas, destacando-se os anos de 2012 e 2013, com variações negativas de -12,8% e -16,7% respetivamente.

Para a média dos países do Euroconstruct, a variação em 2015 nos edifícios não residenciais, foi negativa com -0,2%, perspetivando-se para 2016 e 2017 variações de produção neste segmento positivas.

Quadro 22 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016(p)	2017(p)
Construção Nova	1,0	-4,0	-8,5	-17,0	-14,0	-19,0	-2,0	0,0	1,0	2,0
Renovação	1,0	5,0	20,0	-5,0	-9,0	-10,0	3,0	4,0	5,0	5,0
Total Não residencial	1,0	-2,5	-3,5	-14,4	-12,8	-16,7	-0,6	1,1	2,2	2,9
Países do Euroconstruct										
Construção Nova	0,8	-14,0	-7,4	-0,6	-7,1	-3,6	-0,3	-1,2	3,2	3,4
Renovação	0,9	-3,4	-2,5	0,7	-3,2	-1,7	1,5	0,8	1,9	1,6
Total Não residencial	0,8	-9,5	-5,2	0,0	-5,3	-2,7	0,6	-0,2	2,5	2,5

Fonte: 81^a Euroconstruct Conference

Notas: (p):previsto

O segmento da engenharia civil apresentou, em 2015, uma variação positiva tanto para Portugal como para os países do Euroconstruct, 0,2% e 2,9%, respetivamente, intensificando a ideia de evoluções positivas tanto no setor como nas economias. No entanto estima-se que, em Portugal, o segmento da Engenharia Civil registe uma quebra de -4,2% e -3,6% para 2016 e 2017 respetivamente.

Quadro 23 – Engenharia Civil (Variação da produção %)

Portugal	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (p)	2017 (p)
Infra-estruturas de Transporte:										
Estradas	0,0	3,0	-1,0	-9,0	-22,0	-20,0	-2,0	-1,0	-8,0	-7,0
Caminhos de ferro	-1,0	1,0	-1,5	-12,5	-23,0	-32,0	2,0	-2,0	-4,0	-4,0
Outros	0,0	4,0	-4,0	-0,5	-3,0	-28,0	-15,0	3,0	-6,0	-5,0
Total	-0,2	2,6	-1,3	-9,3	-21,0	-23,0	-2,2	-1,3	-7,2	-6,6
Total da Engenharia Civil	-0,6	2,5	-0,8	-8,2	-16,4	-16,4	1,0	0,2	-4,2	-3,6
Países do Euroconstruct										
Total da Engenharia Civil	0,4	0,0	-3,4	-2,6	-10,1	-4,1	0,8	2,9	1,5	3,0

Fonte: 81^ª Euroconstruct Conference

Notas: (p):previsto

5. SÍNTESE

Nestes últimos anos não só a economia europeia como a americana e a dos países emergentes sofreram alterações profundas na sua atividade.

Este cenário é claramente um dos efeitos da recente crise que a Europa atravessou, podendo dividir-se em duas fases (2008-2011) quando o mercado da construção caiu cerca de 15%, a estagnação em 2011 e, posteriormente, um “duplo mergulho” inesperado no período (2012-2013), durante o qual o sector reduziu para mais de 7%.

Também importa referir, que como consequência deste cenário, os três segmentos do setor, mercado residencial, não residencial e engenharia civil, viram os seus níveis de investimento reduzirem bastante, ora pela imposição e medidas restritivas ao investimento público por parte dos governos, ora pelo endividamento dos contribuintes, acompanhado de uma taxa de desemprego elevada, ora pela falta de liquidez das entidades bancárias. Tudo isto influenciou gravemente o setor da construção que sendo um setor que funciona como barómetro da economia, acabou por diretamente afetar a atividade económica.

No entanto é salientar que 2014, foi o ano em que registou algum crescimento e 2015 veio consolidar e tornar visível esse mesmo crescimento na maior parte dos indicadores macroeconómicos e no próprio setor da construção.

Segundo as projeções do Banco de Portugal, para o período 2015-2017, apontam para uma recuperação gradual da economia portuguesa, no entanto já para 2016 aponta para uma desaceleração de 1,5% em 2015 para 1,1%. O potencial de crescimento desta economia está condicionado pela “evolução da conjuntura internacional, pelo elevado nível de endividamento dos setores público e privado, bem como pela expectável evolução adversa em termos demográficos. Por seu turno, o processo de reestruturação produtiva e a gradual reorientação dos recursos para os setores mais produtivos e mais expostos ao exterior, bem como a contínua melhoria do capital humano incorporado no processo produtivo constituem dinâmicas que tenderão a favorecer um crescimento da produtividade.”

A economia portuguesa continua a enfrentar grandes desafios. Por um lado, é importante garantir um aumento significativo da produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Por outro lado, importa intensificar os progressos observados na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados que ainda caracterizam a economia portuguesa.

6. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IIEFP	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Sector da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Contratos de Empreitadas de Obras Públicas	Portal BASE / IMPIC
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Títulos de Registo	IMPIC
		Insolvências	
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no IMPIC, I.P.	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais e de Obras de Engenharia Civil	Euroconstruct
		Variação do PIB	